CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DA BOA VISTA - SP.

Ementa: Encaminha o anteprojeto de lei que estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispendo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Municipal.

REQUERIMENTO Nº 549/2014

REQUEIRO a Casa, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Vanderlei Borges de Carvalho, Prefeito Municipal, o anteprojeto de lei que estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispendo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Municipal para estudos junto aos setores competentes, com o seguinte teor:-

ANTEPROJETO DE LEI

“Estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, dispendo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, no âmbito do Poder Público Municipal”.

Art. 1º – Esta lei estabelece norma de proteção às pessoas com deficiência, física ou mobilidade reduzida, dispendo sobre a instalação de placas indicativas de vagas preferenciais com mensagens educativas, em estacionamentos e garagens, no âmbito do Poder Público Municipal.

Art. 2º – Deverão ser instaladas, em todas as vagas preferenciais de estacionamentos de prédios públicos de responsabilidade da prefeitura, reservadas a veículos de transporte de pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida, placas com os seguintes dizeres: “ATO DE CIDADANIA –RESPEITE A VAGA PREFERENCIAL”.

Art. 3º – O Poder Executivo regulamentará esta lei, definindo os preceitos pertinentes à fiscalização de sua execução.

Art. 4º – As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

JUSTIFICATIVA:- Nos dias atuais já é difícil a locomoção, com calçadas esburacadas, cheias de vendedores com suas mercadorias, mesas e cadeiras de bares atravancando a via pública. Imaginem, então, para as pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida. Sair de casa se mostra uma aventura, com perigos inesperados a cada esquina. Por esse motivo, a Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade dessas pessoas, e prevê, no parágrafo único do artigo 7º, a obrigatoriedade de reserva de 2% (dois por cento) das vagas dos estacionamentos, numa tentativa de facilitar um pouco a vida desses cidadãos.

A propósito, as vagas demarcadas deveriam ser de tamanho maior que as comuns, facilitando a montagem de cadeiras de rodas, se for o caso, ou a abertura num ângulo maior da porta do veículo para que as pessoas com mobilidade reduzida tenham condições de sair do mesmo. Além disso, conforme prevê a legislação, devem estar localizadas próximas dos acessos de circulação de pedestres.

Todavia, nem sempre essas vagas são respeitadas, sendo utilizadas por qualquer pessoa, sob a justificativa de que é por pouco tempo ou que não foi encontrada outra vaga para estacionar.

Assim, o objetivo do Projeto de lei é o de conscientizar as pessoas a respeitarem as vagas preferenciais, numa tentativa de minimizar os transtornos que esses cidadãos enfrentam no seu dia a dia, pelo menos nos estacionamentos de responsabilidade da prefeitura.

Agradeço a atenção e providências.

Plenário Dr. Durval Nicolau, 12 de setembro de 2.014.

GÉRSO ARAÚJO
VEREADOR - PSD